



***Plano Estadual de Implementação
das Deliberações da I Conferência
Estadual dos Direitos da Pessoa
Idosa de Santa Catarina***

**Santa Catarina
2007**

GOVERNO DE SANTA CATARINA

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado de Santa Catarina

DALVA MARIA DE LUCA DIAS
Secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Diretoria do Conselho Estadual do Idoso
Helio Abreu Filho
Sergio Fragoso
Marcos Wandressen
Maria de Fátima Nascimento

APRESENTAÇÃO

O envelhecimento da população encontra-se na ordem do dia dos debates realizados pelas Organizações Internacionais e encontra ressonância nas políticas públicas do Brasil.

O aumento populacional deste segmento exige da família, da sociedade e do Poder Público planejamento e ações concretas pautadas em paradigmas diferenciados daqueles ainda vigentes do século XX.

Os direitos fundamentais alcançam o transcendente (espiritualidade) e se confundem com os direitos humanos e a política de assistência social ganha status de Política de Estado por encampar, a partir do Sistema Único de Assistência Social, a responsabilidade pelo restabelecimento do direito do idoso, ameaçado ou violado.

Este plano apresenta um esforço inicial das políticas setoriais, no âmbito Governamental, visando a implementação da **Rede Nacional de Promoção, Proteção e Defesa da Pessoa Idosa**, contendo um sistema de monitoramento, acompanhamento e avaliação das ações, com a participação dos conselhos de direitos dos idosos e demais conselhos em interface, além dos parceiros do Sistema de Garantia de Direitos.

DALVA MARIA DE LUCA DIAS

Secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

HELIO ABREU FILHO

Presidente do Conselho Estadual do Idoso de SC

I – JUSTIFICATIVA

A abordagem estabelecida para a Iª Conferência Nacional e Estaduais demonstra a preocupação quanto às violações de direito e a resposta a ser operacionalizada pelas políticas governamentais, mediante a Rede de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

A partir dos eventos que antecederam a Conferência, teve início uma campanha para que também os direitos sociais, como o direito à alimentação, saúde, habitação, educação, enfim, os direitos assegurados no Estatuto do Idoso, passem a ter prioridade nas políticas públicas, propiciando um gradativo avanço na perspectiva de desenhar uma Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa.

Nessa perspectiva, as conclusões das Conferências municipais e Estadual estabeleceram definições precisas sobre os papéis e as atribuições dos diferentes agentes (estatais e da sociedade civil), responsáveis pela implementação das políticas, assim como a indicação de grupos de monitoramento das propostas (nas esferas nacional, estadual e municipal). E com a clareza de cada qual sobre seu papel, se consolida uma efetiva democracia participativa.

As questões prioritárias encontram-se não só estabelecidas pela Conferência do Idoso, mas vem sendo tramadas também nas conferências da assistência social, da criança e do adolescente, entre outras.

Dentre as questões prioritárias da Conferência Estadual do Idoso temos:

- Criação de programas, projetos e serviços de qualidade, que atendam os vazios e omissões das políticas públicas, especialmente em relação a política de assistência social no âmbito do Sistema Único da Assistência Social;
- Capacitar recursos humanos das organizações governamentais e não governamentais, com especificidade voltada para a Gerontologia;
- Constituição de um novo sistema de gestão apropriado à implementação do trabalho integrado, em rede;
- Orientação e apoio a construção de uma atuação pró-ativa da pessoa idosa junto aos espaços públicos;
- Instrumentalização dos conselhos para o exercício do controle social.

E quanto ao conjunto das conferências dos demais conselhos afins temos:

(a) quanto ao Trabalho Integrado (Rede)

Elaborar *diagnóstico conjunto* e **planos conjuntos** na proteção integral erradicação da **violência sexual infanto-juvenil** (saúde, educação, segurança, família e assistência social)

Parceria da Secretaria do **Desenvolvimento Social** e da Família junto ao **Programa Saúde da Família**

Vª Conf. Criança e do Adolescente - 2003

IIIª Conferência da Assistência Social - 2001

Desenvolver estudos para implementação de uma **política de rendimento multiprofissional e intersectorializada**, voltada para **trabalhadores de rua e migrantes** **IIIª Conferência da Assistência Social - 2001**

b) quanto a Gestão

Articulação dos **órgãos de planeamento setoriais**, para elaboração de planos e orçamentos, assegurando, prioritariamente, recursos orçamentários e de direito legal na LDO e LO **Iª Conferência Idoso - 2006**

Articulação com os **gestores das políticas sociais públicas** para efetivação, em parceria, de sistema de fiscalização de instituições de longa permanência **Iª Conferência Idoso - 2006**

Rearticular com os **Conselhos das diversas Políticas Sociais**, visando a discussão das interfaces e parcerias **Iª Conferência Idoso - 2006**

Fortalecer um modelo de **gerenciamento regionalizado** a partir dos indicadores sociais (CRAS – SUAS – GESTÃO PLENA) **Vª Conferência Assistência Social - 2005**

A partir destas constatações cabe ao Conselho Estadual do Idoso articular a SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO para a execução do Plano de Ações Integradas do Estado de Santa Catarina, promovendo a interação dos atores envolvidos e a divulgação das informações para a sociedade, no sentido de assegurar o processo de implementação da RENADI.

Finalmente, os apontamentos estabelecidos pelos idosos na I Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa são uma responsabilidade da sociedade catarinense, cabendo aos conselhos de direitos articular, para sua consecução, os diversos atores, quais sejam, a Sociedade Civil Organizada, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Ministério Público e o Poder Judiciário, todos com responsabilidades constitucionais e legais estabelecidas para o funcionamento do Sistema de Garantia dos Direitos dos Idosos, que se consolida à medida que se formatam, via conselhos, as Redes de Serviços Municipais e Estadual de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa.

II - OBJETIVO

Dar cumprimento a **Política Nacional do Idoso – PNI (lei 8842/94)** e do **Estatuto do Idoso (Lei nº10.741/2003)**, assumindo as recomendações da *IIª Assembléia Mundial do Envelhecimento* e as deliberações da *I Conferência Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa*, E contribuindo para a construção da REDE NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA sob a ótica da **proteção integral**

Objetivos Específicos

- Definir prioridades, metas, parcerias, co-financiamento das políticas setoriais, visando propiciar o envelhecimento ativo e saudável;
- Firmar protocolos intersetoriais para execução de programas que visam a promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso, contribuindo para execução do Plano Estadual de Ações Integradas para Implementação de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;
- Construir programas que possibilitem aos idosos melhoria da sua capacidade funcional e preserve sua independência e bem-estar;
- Promover ações de capacitação de Recursos Humanos com conteúdos referentes ao processo de envelhecimento;
- Contribuir com as Organizações Governamentais e Não-Governamentais para estímulo ao protagonismo do idoso;
- Construir o sistema estadual de monitoramento, acompanhamento e avaliação do Plano de Ações Integradas.

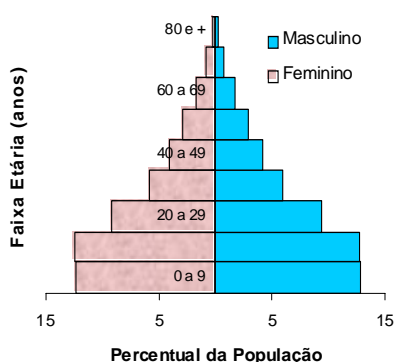
III – O IDOSO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

A população idosa do estado foi responsável pelo desenvolvimento social, econômico e humano da sociedade catarinense e hoje temos a necessidade de projetar o futuro desta população, visando a promoção, proteção e defesa de seus direitos, tendo em vista a constatação de que no último Censo Demográfico (IBGE-2000), o Brasil já possuía 8,5% de idosos, representando uma população de 14 milhões de pessoas, cujo aumento tem sido duas vezes e meia mais acelerado do que a população jovem, e cuja estimativa para 2025 é de que 15% da população brasileira estará com idade superior a 60 anos. Em Santa Catarina existem atualmente, aproximadamente, 500 mil idosos, e dada a sua condição de estado com bom padrão de qualidade de vida, deverá enfrentar o aumento da população idosa, nos próximos anos, como também o aumento da longevidade desta população, sendo necessário e urgente que as políticas públicas se estruturam para garantir os seus direitos de cidadania.

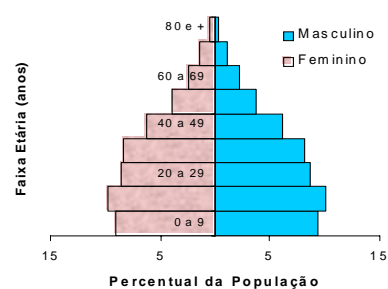
A expectativa de vida pode ser observada na tabela abaixo:

Base Demográfica - Envelhecimento Populacional

Santa Catarina, 1980



Santa Catarina, 2000



Expectativa de Vida na faixa etária de 60-65 anos, Santa Catarina, 1996-2005

Sexo	1996	2005
Masculino	16,8	18,0
Feminino	20,4	22,0
Total	18,6	20,1

Fonte Datasus, 2006

Expectativa de vida 2005 sexo masculino – 70,7
sexo feminino - 77,68

conforme se observa nos quadros I e II a tendência é do aumento das faixas etárias maiores no estado, com predominância da população feminina nestas faixas.

No País, 62,4% dos idosos são responsáveis pelos domicílios

O Censo 2000 verificou que 62,4% dos idosos eram responsáveis pelos domicílios brasileiros, observando-se um aumento em relação a 1991, quando os idosos responsáveis representavam 60,4%. É importante destacar que no conjunto dos domicílios brasileiros (44.795.101), 8.964.850 tinham idosos como responsáveis e representavam 20% do contingente total. Em 1991, essa proporção ficava em torno de 18,4%. A distribuição por sexo revela que, em 2000, 37,6% dos responsáveis idosos eram do sexo feminino, correspondendo a 3.370.503 de domicílios, enquanto no início da década passada essa proporção atingia a 31,9%. Destaca-se ainda que a idade média do responsável idoso, em 2000, estava em torno de 69,4 anos (70,2 anos quando o responsável era do sexo feminino e 68,9 para o idoso responsável do sexo masculino).

Entre os domicílios sob a responsabilidade de idosos, os domicílios unipessoais, isto é, aqueles com apenas um morador, totalizavam, em 2000, 1.603.883 unidades, representando 17,9% do total. Em 1991, a proporção era de 15,4%. O estudo chama atenção para a elevada proporção de mulheres idosas que moravam só, em 2000 - cerca de 67%.

Sexo do responsável	Pessoas de 60 anos ou mais de idade, em números absolutos e relativos, residente em domicílios unipessoais			
	Absoluto		Relativo	
	1991	2000	1991	2000
Total	985 610	1 603 883	100,0	100,0
Homem	316 751	531 292	32,1	33,1
Mulher	668 859	1 072	67,9	66,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

Nota: Domicílios particulares permanentes.

Os idosos em domicílios unipessoais são mais freqüentes quando residentes nos estados das regiões Sul e Sudeste. Os números mostram, também, outra realidade para grande parte dos idosos responsáveis pelos domicílios. Em todo o País, 64,7% deles moram com ou sem cônjuge, mas com filhos e/ou outros parentes na mesma casa. Nos domicílios onde a idosa é responsável, é mais recorrente a forma de organização familiar sem o cônjuge (93,3%), porque, nestes casos, provavelmente, tais domicílios são ocupadas pelas idosas viúvas.

Tabela 5 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios, em relação ao tipo de arranjo familiar em que encontram-se inseridas Brasil - 2000

Sexo do responsável	Total de responsáveis pelos domicílios	Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade, responsáveis pelo domicílios, em relação ao tipo de arranjo familiar em que encontram-se inseridas (%)

		Casal sem filhos(1)	Casal com filhos e/ou outros parentes (2)	Morando com filhos e/ou outros parentes (3)	Morando sozinho (4)
Total	8 964 850	17.0	36.0	28.7	17.9
Homem	5 594 347	25.9	55.5	8.9	9.5
Mulher	3 370 503	2.1	3.6	61.5	31.8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Nota: Domicílios particulares permanentes

(1) Responsável idoso morando com cônjuge, sem filhos e/ou enteados e/ou outro parente.

(2) Responsável idoso morando com cônjuge, com filho e/ou enteado e/ou com outro parente(pai, mãe, sogro(a), neto(a), bisneto(a), irmão, irmã, outro parente, agregado(a))

(3) Responsável idoso morando sem cônjuge, com filho e/ou enteado e/ou com outro parente(pai, mãe, sogro(a), neto(a), bisneto(a), irmão, irmã, outro parente, agregado(a))

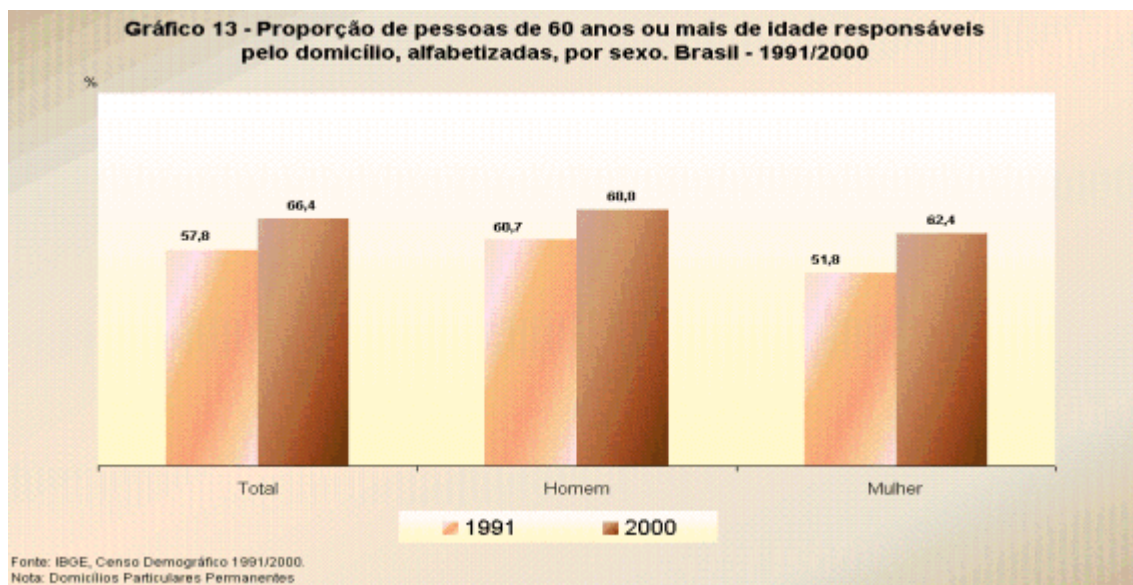
(4) Responsável idoso morando sem cônjuge, sem filhos e/ou enteados e/ou outro parente.

Os dados do Censo Demográfico 2000 revelaram que 56,8% dos domicílios com responsáveis idosos apresentavam saneamento adequado, isto é, com escoadouros ligados à rede geral ou fossa séptica, servidos de água proveniente da rede geral de abastecimento e com lixo coletado direta ou indiretamente pelos serviços de limpeza. Esta proporção representou um aumento de aproximadamente 26% em relação a 1991, mas deve-se considerar as disparidades regionais encontradas nesse indicador: enquanto na região Sudeste cerca de 80% dos domicílios com responsável idoso possuíam saneamento adequado, esta proporção atingia apenas 24% dos domicílios na região Norte.

Educação: Censo 2000 revela crescimento de 16,1% na alfabetização de idosos

Na última década, houve aumento significativo no percentual de idosos alfabetizados do País. Se em 1991, 55,8% dos idosos declararam saber ler e escrever pelo menos um bilhete simples, em 2000, esse percentual passou para 64,8%, o que representa um crescimento de 16,1% no período. Os dados fazem parte do Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios no Brasil e mostram que, apesar dos avanços, ainda existem 5,1 milhões de idosos analfabetos no País.

No caso dos idosos responsáveis pelo domicílio, os índices também melhoraram no período de 1991/2000, com aumentos significativos, tanto na proporção de alfabetizados, como no nível de escolaridade desses idosos.

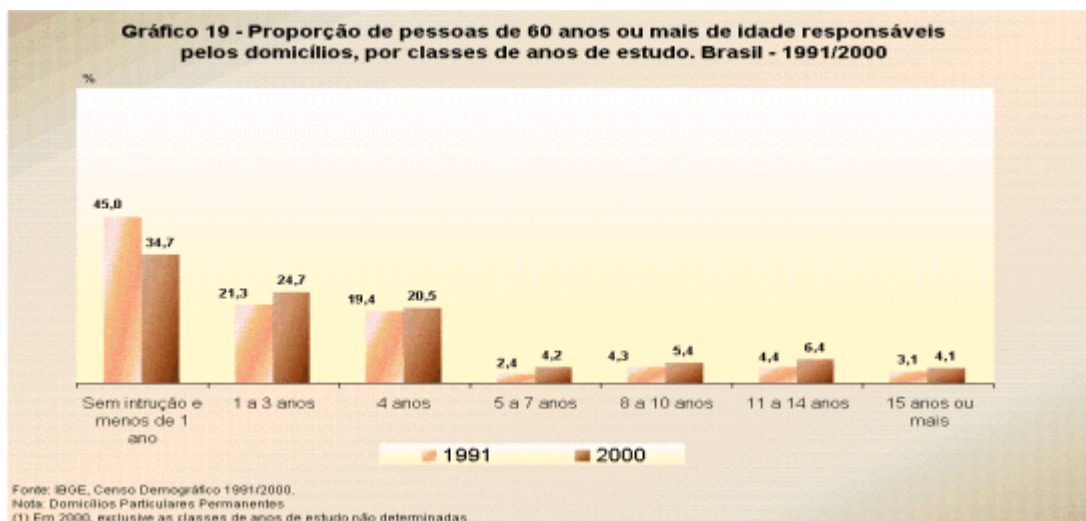


Quanto ao número de anos de estudo dos idosos responsáveis pelo domicílio, o resultado do Censo 2000 revela, ainda, uma média muito baixa - apenas 3,4 anos (3,5 anos para os homens e 3,1 anos para as mulheres). Na comparação com 1991, houve aumento nesta média para ambos os sexos, mas o crescimento relativo na média das mulheres foi maior do que o dos homens: 29,2% e 25,0%, respectivamente. Niterói (8,2), no Rio de Janeiro, e Águas de São Pedro (7,3), em São Paulo, têm a maior média de anos de estudo dos idosos no País e Novo Santo Antônio e Barra D'Alcântara, ambos no Piauí, empataram com a menor média (0,2).

Já nos municípios das capitais, essa média é muito superior. Em Florianópolis, por exemplo, os idosos responsáveis têm, em média, 7,2 anos de estudos, enquanto em Rio Branco a média é de 2,7.

Quanto ao analfabetismo funcional, 59,4% dos idosos responsáveis pelo domicílio tinham, no máximo, 3 anos de estudo, resultado este influenciado pela alta proporção de responsáveis de 75 anos ou mais de idade analfabetos ou analfabetos funcionais. Enquanto 53,3% dos idosos no grupo de 60 a 64 anos tinham até 3 anos de estudos, 67,4% daqueles com 75 anos ou mais de idade foram considerados analfabetos funcionais. Ainda assim, houve significativa melhora no período intercensitário, provavelmente resultado dos programas federais de alfabetização de adultos implementados nas últimas duas décadas.

Apesar dos avanços, a proporção de idosos com escolaridade mais alta ainda é pequena. Em 1991, 2,4% dos idosos tinham de 5 a 7 anos de estudo, em 2000, essa proporção passa para 4,2%. Para aqueles que concluíram pelo menos o ensino médio, a proporção passou de 7,5% para 10,5%, um aumento de 40%.



De 1991 a 2000, rendimento dos idosos cresce 63% e passa de R\$403,00 para R\$657,00

Embora os dois últimos Censos tenham revelado que a renda média do idoso ainda é menor do que a da população de 10 anos ou mais de idade, seu crescimento foi maior, atingindo 63% entre 1991 e 2000 contra 42% da população de 10 anos ou mais. Essa tendência repete-se na desagregação por áreas urbanas e rurais, com destaque para essas últimas que apresentaram um crescimento no rendimento médio dos idosos de quase 77%.

De 1991 para 2000, o rendimento médio do idoso responsável pelo domicílio passou de R\$403,00 para R\$657,00, sendo que no corte por gênero, os homens ganham, em média, mais do que as mulheres: R\$752,00 contra R\$500,00.

Tabela8 - Rendimento médio mensal das pessoas com 60 anos ou mais de idade responsáveis pelo domicílio, com rendimento e respectivo crescimento relativo, segundo as Grandes Regiões - 1991-2000

Brasil e Grandes Regiões	Rendimento médio mensal das pessoas com 60 anos ou mais de idade responsáveis pelo domicílio, com rendimento (em Reais)						Crescimento relativo		
	1991			2000					
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Total	403.00	477.00	168.00	657.00	739.00	297.00	63.00	54.00	76.00
Norte	300.00	364.00	197.00	438.00	502.00	280.00	46.00	37.9	42.1
Nordeste	224.00	298.00	115.00	386.00	474.00	198.00	72.3	59.1	72.2
Sudeste	536.00	576.00	224.00	835.00	879.00	398.00	55.8	52.6	77.7
Sul	382.00	438.00	221.00	661.00	730.00	399.00	73.0	66.7	80.5
Centro-Oeste	440.00	477.00	279.00	754.00	789.00	546.00	71.4	65.4	95.7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

Nota: Domicílio particulares permanentes

(1) Valores deflacionados pelo INPC com base em julho de 2000.

Conforme observamos pelas pesquisas e censos demográficos, temos um contingente crescente de idosos no estado e no país, demandando serviços e assistências específicas, numa proporção acima da expectativa dos parâmetros de previsibilidade dos planos de longo prazo de muitas instituições governamentais ou privadas, voltados para uma política demográfica ainda dos anos 70/80, com predomínio da população jovem. Previdência Social, Saúde, Educação, Habitação, Comunicação Social, Transportes e Segurança, são áreas em que é necessária uma política de atenção mais acurada ao idoso, havendo necessidade de reformulação de políticas de médio e longo prazo, ajustando-se ao perfil da população.

Concessões de Benefícios

As concessões de benefícios no Estado de Santa Catarina, no período de 2003 a 2005, evoluíram significativamente, demonstrando o engajamento dos municípios em acessar ao idoso os seus direitos previdenciários e assistenciais, conforme observa-se na Tabela a seguir.

Grupo/Principais Espécies	2003	2004	2005	Total
42-Ap Tempo Contrib LOPS	9.545	8.495	9.658	27.698
46-Ap Tempo Contrib Especial	81	75	66	222
Outras Ap Tempo Contrib	87	109	76	272
Ap Idade	16.335	17.162	15.490	48.987
Ap Invalidez	7.004	10.007	13.497	30.508
Pensões por Morte	12.502	13.828	13.655	39.985
Auxílio Doença	93.330	124.360	138.029	355.719
Auxílio Reclusão	457	531	615	1.603
Auxílio Acidente	108	144	197	449
80-Salário-Maternidade	25.566	15.058	13.382	54.006
Auxílio Doença Acidentário	13.666	14.485	12.714	40.865
Auxílio Acidente e Suplementar Acidentário	694	842	528	2.064
Aposentadorias Acidentárias	392	461	516	1.369
Pensões Acidentárias	112	103	98	313
Rmv Invalidez	4	4	4	12
Rmv Idade	1	1	1	3
56-Pmv Talidomida	0	1	0	1
Pmv Det Ignorado	0	0	3	3
87-Amparo Portador de Deficiência	2.812	2.972	3.050	8.834
88-Amparo Idoso	1.698	3.911	2.250	7.859

Total	184.394	212.549	223.829	620.772
--------------	---------	---------	---------	---------

No que diz respeito ao número de concessões em junho de 2007 no Estado de Santa Catarina, temos comparativamente aos demais Estados do Sul:

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	QUANTIDADE				
	Total	% do total	Variação em relação ao mês anterior (%)	Clientela	
				Urbana	Rural
SUL	66.159	19,62	-12,43	51.578	14.581
Paraná	21.162	6,28	-11,11	16.491	4.671
Santa Catarina	18.180	5,39	-15,34	14.707	3.473
Rio Grande do Sul	26.817	7,95	-11,40	20.380	6.437

DELIBERAÇÕES INCORPORADAS AO PLANO

Eixo 1: Ações para Efetivação dos Direitos da Pessoa Idosa

Secretaria Responsável: Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Deliberações Priorizadas	Redação Sucinta	Ações Propostas	Unidade (1)	Metas 2007	Orçamento (2)	Fonte	Parceiros
01	Realizar na zona urbana e rural, diagnósticos das necessidades do idoso, seu perfil socioeconômico e da rede de serviços existentes, mediante convênios com centros de pesquisa públicos e privados.	<ul style="list-style-type: none"> - Motivação e articulação das Universidades do estado; - Elaboração de formulário; - Realizar pesquisas mediante cooperação técnica 	Pesquisa		<p>Financeiros: a definir;</p> <p>Técnicos: suporte das Gerências de Proteção Social Básica e Especial (DIAS/SST) e, CEI/SC;</p> <p>Humanos: técnicos das Gerências acima citadas, CEI/SC e universidades parceiras</p>		UFSC UNIVALI UNISUL UNOESTE SES SEE SEPLAN outras

13	<p>Incentivar órgãos governamentais a ampliar o orçamento da Política do Idoso, com o objetivo de:</p> <p>a) implementar a RENADI e</p> <p>b) criar meios que garantam o seu funcionamento efetivo, conforme parágrafo único do artigo 8º da Política nacional do Idoso e artigo 3º, parágrafo único, inciso III do Estatuto do Idoso</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação entre as Secretarias estaduais para implantação da RENADI; - Articular a criação do Banco de Dados para acompanhamento e monitoramento das ações previstas nos demais eixos temáticos 	Banco de Dados funcionando	01	<p>Financeiros: da Assistência Social (FEAS/SC) R\$ 60.000,00 – implantação do Sistema de Informações Sociais/SIS;</p> <p>Técnicos: suporte das Gerências de Gestão de Política de Assistência Social e Gerência da rede SUAS (DIAS/SST), CIASC;</p> <p>Humanos: técnicos das gerências acima citados, CIASC e CEI/SC</p>	PPA	Todas as Secretarias Estaduais
38	Criar Conselhos Municipais do Idoso, sob a fiscalização do Ministério Público	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar levantamento nos municípios que não tem conselho; - Apoiar tecnicamente os municípios para a criação dos conselhos; - Criar Conselhos Municipais nos municípios onde não existam; - Implementar os Conselhos Municipais do Idoso já implantados 	Banco de Dados. CMI's implantados	100	<p>Financeiros: da Assistência Social (FEAS/SC) R\$ 50.000,00 (para a realização de cursos);</p> <p>Técnicos: implantação do SIS/SC;</p> <p>Humanos: técnicos da Diretoria de Assistência Social/SST, CEI/SC e das Secretarias de Estado parceiras</p>	SDR SEPLAN MP	

DELIBERAÇÕES INCORPORADAS AO PLANO

Eixo 2: Violência

Secretaria Responsável: Secretaria de Segurança Pública

Deliberações Priorizadas	Redação Sucinta	Ações Propostas	Unidade (1)	Metas 2007	Orçamento (2)	Fonte	Parceiros
06	Realizar campanhas para estimular os idosos e a comunidade a denunciar aos órgãos competentes as diversas formas de violência contra a Pessoa Idosa	<ul style="list-style-type: none"> - Criar o disque idoso estadual através da implantação da RENADI (atendimento Integrado de Apoio à Pessoa Idosa); - Propor aos municípios a criação do disque idoso; - Potencializar junto a Delegacias Especializadas o atendimento ao Idoso: <ul style="list-style-type: none"> a) na capital b) nos municípios sede das regionais 	Cursos	Capacitar delegados adjuntos nas Delegacias já existentes	Recursos financeiros, técnicos e humanos a definir com a Secretaria de Estado de Segurança Pública		SSP SDR MP
4 - 9	Criar e dar ampla divulgação às Ouvidorias para recebimento de denúncias de violência contra a pessoa Idosa, por meio de telefone, internet, plantões permanentes	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir maior efetividade da atuação das Ouvidorias dos órgãos estaduais 	<ul style="list-style-type: none"> - Cartilha - Curso de Capacitação 	Criar cartilha educativa sobre os Direitos da Pessoa Idosa.	Recursos financeiros, técnicos e humanos a definir com a Secretaria de Estado de Segurança Pública		FEESPORTE SSP SEE MP SES SANTUR
07	Divulgar o Dia 15 de Junho – Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa – Incentivando a realização de eventos nos Estados e Municípios.	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar a rede de atenção e prevenção das violências ao Idoso, através de manuais, outdoors, filmes, folders etc.; - Realização de Audiências Públicas/ Mesas Redondas, na Assembléia Legislativa e Câmaras Municipais, divulgando o tema Violência contra idosos. 	<ul style="list-style-type: none"> Campanha Folders Entrevista 	Uma campanha Distribuição folders Entrevista em Radio, TV e Jornal	Recursos financeiros, técnicos e humanos a definir com a Secretaria de Estado de Segurança Pública		SEC FEESPORTE SSP SEE MP SES SANTUR

DELIBERAÇÕES INCORPORADAS AO PLANO

Eixo 3: Saúde da Pessoa Idosa

Secretaria Responsável: Secretaria de Estado da Saúde

Deliberações Priorizadas	Redação Sucinta	Ações Propostas	Unidade (1)	Metas 2007	Orçamento (2)	Fonte	Parceiros
01 – 03 - 68	Traçar o perfil epidemiológico da população idosa, incluindo o diagnóstico sócio-familiar como estratégia para o planejamento e avaliação das ações em todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal).	- Realizar pesquisas em parceria com instituições formadoras (de nível técnico e superior) e órgãos públicos nas três esferas de governo, utilizando os dados da Vigilância em Saúde, DATASUL, etc.	Pesquisa	Todos os municípios	Recursos financeiros, técnicos e humanos a definir com a Secretaria de Estado da Saúde		MS MEC SES SMS
02 – 25 - 26	Ampliar o Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, com incorporação de indicadores epidemiológicos para o acompanhamento da saúde da população idosa.	- Incorporar no SIAB indicadores sobre a saúde da pessoa idosa como, por exemplo, os levantamentos na Caderneta de Saúde do Idoso.	Indicadores	Todos os municípios	Recursos financeiros, técnicos e humanos a definir com a Secretaria de Estado da Saúde		MS SES ESF
15 – 16 - 24 34 - 35 - 45 51 – 55 - 85	Propor a criação de Protocolo para a Atenção à Saúde da Pessoa Idosa, tanto na Atenção Básica, nos Serviços de Referência de Média e Alta Complexidade, e nos Serviços de Sentinela (emergências e urgências).	- Construção de Protocolo	Centro de Referência	Todos os municípios	Recursos financeiros, técnicos e humanos a definir com a Secretaria de Estado da Saúde		MS SES Conasems

<p>16 – 18 - 20 34 - 83</p>	<p>Melhorar e/ou ampliar os serviços oferecidos pelas entidades de longa permanência, garantindo a fiscalização da Vigilância Sanitária para que as normas de funcionamento das ILPIs sejam cumpridas. Ampliar a área de abrangência do PSF na rotina de acompanhamento dos idosos residentes em instituições de longa permanência, garantindo-lhes acesso aos demais níveis de complexidade de atenção à saúde.</p>	<p>- Firmar convênios entre as três esferas de governo, prestadoras de serviços de longa permanência para idosos, aumentando o valor do piso de proteção.</p>	<p>Convênio</p>	<p>Todos os municípios</p>	<p>Recursos financeiros, técnicos e humanos a definir com a Secretaria de Estado da Saúde</p>	<p>MS SES SMS</p>
-----------------------------	--	---	-----------------	----------------------------	---	---------------------------

DELIBERAÇÕES INCORPORADAS AO PLANO

Eixo 4: Previdência Social

Secretaria Responsável: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

Deliberações Priorizadas	Redação Sucinta	Ações Propostas	Unidade (1)	Metas 2007	Orçamento (2)	Fonte	Parceiros
10	Propor a criação de mecanismos de atendimento previdenciário de qualidade, articulando às Secretarias Municipais e Agências do INSS, para garantia de perícia móvel no domicílio e ou transporte adequado para fins periciais de benefícios previdenciários, evitando deslocamentos desnecessários e exploração por terceiros.	<p>-Divulgar o sistema de agendamento para benefícios junto as instituições que prestam atendimento aos idosos sobre agendamento de benefícios previdenciários facilitando o acesso aos serviços e benefícios;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Firmar parcerias entre o INSS/GEX e APS ,com Órgãos Governamentais e municipais-Secretarias e outros; - Campanhas de orientação 	GEX e APS	Curto Prazo	Recursos financeiros, técnicos e humanos a definir com Gerência Regional, GEX e APS		<p>INSS/Gerência Regional, GEX e APS</p> <p>Parceria com os Conselhos de Previdência, dos Idosos, da Saúde, Assistência Social, Trabalho e Renda e outros</p>
20 - 21	Incentivar a criação de programas de preparação para a aposentadoria à trabalhadores públicos e privados, autônomos e trabalhadores informais, e garantir para efeitos de aposentadoria, o tempo de trabalho em regime de economia familiar vivido pelo trabalhador(a) rural.	- Contato com instituições para propor e incentivar programas de preparação de aposentadoria.	INSS/Gerência Regional, GEX e APS	M édio Prazo	Recursos financeiros, técnicos e humanos a definir com INSS/ Gerência Regional, GEX e APS		INSS/ Gerência Regional, GEX e APS

27	Propor interação sistêmica entre os Ministérios do Trabalho, Previdência e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com vistas a incentivar a inclusão do trabalhador formal e informal no sistema previdenciário.	- Intensificar a articulação com os demais Órgãos Públicos Estadual, para ação intersectorial e Interministerial-Plano Integrado.	INSS/Gerência Regional, GEX /APS	Curto Prazo	Recursos financeiros, técnicos e humanos a definir com MPS, INSS, GERÊNCIA REGIONAL E GEX		MPS, INSS, GERÊNCIA REGIONAL E GEX
1	Propor a revitalização com urgência, no âmbito da Previdência Social, o Serviço Social do INSS, ampliando o quadro de técnicos.	- Propor a realização de concurso público para contratação de assistentes sociais no Serviço Social do INSS, para desenvolver ações nas GEX e APS.	GEX e APS	Curto prazo	Recursos financeiros, técnicos e humanos a definir com INSS	Governo Federal/ MPS/ INSS	
8 – 9 – 14 - 26	Implementar a capacitação dos dirigentes e funcionários de sindicatos e/ou outras organizações de pessoas idosas sobre os procedimentos de requerimento de benefícios, direitos e deveres, assim como propor a desburocratização do processo de concessão de benefícios, flexibilizando as exigências de comprovação de atividades laborais.	-Promover a capacitação e orientação sistemática aos Órgãos parceiros e aos demais segmentos comunitários, através do Curso de Dissimuladores da Previdência Social, pelo Programa de Educação Previdenciária-PEP e demais Setores do INSS, envolvendo as APS.	Gerência Regional-Sul, GEX e APS	Curto Prazo	Recursos financeiros, técnicos e humanos a definir com Governo Federal- INSS/, Gerência Regional e GEX	INSS/ GEX e APS	

DELIBERAÇÕES INCORPORADAS AO PLANO

Eixo 5: Assistência Social à Pessoa Idosa

Secretaria Responsável: Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

Deliberações Priorizadas	Redação Sucinta	Ações Propostas	Unidade (1)	Metas 2007	Orçamento (2)	Fonte	Parceiros
02	Ampliar o acesso do idoso ao BPC e desenvolver trabalho educativo de modo a garantir a ampliação do acesso a esse benefício, especialmente de idosos residentes em povoados rurais.	<ul style="list-style-type: none"> - Encaminhar providências junto ao MDS para ampliação do BPC - Encaminhar para discussão e deliberação na Conferência da Assistência Social formulação proposta de projeto de Lei que altere de 65 anos para 60 conforme art. 20 da LOAS. - Sensibilizar Deputados Federais e Senadores para encaminhamento de Lei, votação e aprovação da mesma que altere idade de 65 para 60 anos. - Mobilização em todos os municípios solicitando esta mudança na Lei. 			<p>Técnicos; efetuar encaminhamentos para alterações na legislação do BPC;</p> <p>Humanos: técnicos da DIAS/SST e CEI/SC</p>		SDR SENADO, Assembleia Legislativa CEI Municípios MP
08	<p>Criar, integrar e/ou revitalizar, em todos os Municípios a rede de defesa de direitos e proteção social (básica e especial – CRAS e CREAS) dos idosos e seus familiares (necessidades diagnosticadas em cada município e a responsabilidade e gestão e co-financiamento) .</p> <p>Desenvolver atividades que possibilitem à pessoa idosa autonomia, ter o conhecimento de seus direitos de cidadania para que sejam efetivados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar e orientar a criação de redes municipais e regionais de defesa de direitos - Orientar e apoiar tecnicamente a capacitação de RH nos municípios, tanto a nível governamental quanto não governamental. 	<p>Criação de redes</p> <p>Cursos Capacitação</p>		<p>Financeiros: co-financiamento da Assistência Social (FEAS/SC) – CREAS R\$ 5.000.000,00;</p> <p>Técnicos: co-financiamento através de convênios do FEAS/SC para Fundos Municipais de Assistência Social;</p> <p>Humanos: técnicos da DIAS/SST e suas Gerencias, CIB/SC,</p>		Secretarias Municipais Ministério Público, Comarcas

					CEAS/SC e CEI/SC		
16	<p>Garantir, para os gestores nas três esferas de governo e instâncias de controle social, que sejam viabilizadas ações de:</p> <p>a) capacitação técnica, b) monitoramento e c) avaliação da efetivação e qualidade dos serviços de atenção aos idosos, conforme as normas do Governo Federal, condicionando o repasse de recursos, inclusive para financiamento dos serviços.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Constituir parcerias para capacitação permanente; - Criar mecanismos de avaliação para qualificação de serviços; - Estudar indicadores para mensuração da qualidade dos serviços: <ul style="list-style-type: none"> - de eficiência - de eficácia - de efetividade 	<p>Protocolos e Convênios</p> <p>Indicadores</p>		<p>Financeiros: da Assistência Social (FEAS/SC) – cursos R\$ 50.000,00;</p> <p>Humanos: técnicos da DIAS/SST e suas gerências e, universidades parceiras</p>		<p>Universidade s Centros de Capacitação e Formação</p>
18	<p>Implantar o Plano Governamental de ações para o idoso, com a fiscalização pelas instâncias de controle social, garantindo-se a participação da pessoa idosa.</p>	<p>- Incentivar a construção do Plano de Ações Integradas pelo Conselho Estadual e parceria com os Fóruns Regionais/Estadual</p>	<p>Plano</p> <p>Fóruns</p>		<p>Humanos: CEI/SC e Secretarias Estaduais</p>		<p>Conselho Estadual</p> <p>Secretarias Estaduais</p>

DELIBERAÇÕES INCORPORADAS AO PLANO

Eixo 6: Financiamento e Orçamento Público

Secretaria Responsável: Secretaria de Estado do Planejamento e Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Deliberações Priorizadas	Redação Sucinta	Ações Propostas	Unidade (1)	Metas 2007	Orçamento (2)	Fonte	Parceiros
01	Alocação nos planos e orçamentos das três esferas de governo, de ações e recursos para o cumprimento do Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741 de 01/10/2003	- Articular os orçamentos junto ao Executivo e Legislativo - Articular junto a órgãos e instituições federais e municipais a criação do FUNDO DO IDOSO e alocação de recursos específicos para o idoso	Ofícios Projeto Regulamento s		Técnicos: articulação para criação do Fundo do Idoso, com o apoio dos parceiros indicados; Humanos: técnicos da DIAS/SST e CEI/SC		CNDI SENADO CAMARA Conselhos Ministério Público
06 - 08	Garantir a qualificação e requalificação profissional de Pessoas Idosas e capacitação de profissionais que atuam em serviços voltados para esse segmento, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e demais órgãos afins, observando a demanda de cada município.	- Cursos de capacitação de Conselheiros - Cursos de profissionalização para idosos com o objetivo de inseri-los no mercado de trabalho promovendo a sua autonomia.	Projeto	1			SEPLAN, SEASTH SDR

	<p>Prever e priorizar recursos orçamentários para custeio (manutenção) e investimento (construção, ampliação, reformas e aquisição de equipamentos) em serviços de OGs e ONGs de atendimento à pessoa idosa.</p>	<p>- Articular os órgãos de fiscalização para apoio e diagnóstico da realidade das ILPI's visando apoio na REVITALIZAÇÃO das entidades de atendimento</p>	<p>Convenio</p>	<p>Financeiros: R\$ 5.000.000,00 co-financiamento pela Assistência Social dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade onde se inclui as Casas Asilares</p> <p>Técnicos: co-financiamento através de convênios do FEAS/SC para Fundos Municipais de Assistência Social;</p> <p>Humanos: técnicos da DIAS/SST e suas Gerencias, CIB/SC, CEAS/SC e CEI/SC</p>	<p>Ministério Público Vigilância Sanitária Corpo de Bombeiros Conselhos</p>
--	--	---	-----------------	--	---

DELIBERAÇÕES INCORPORADAS AO PLANO

Eixo: 7 - Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Secretaria Responsável: Secretaria de Estado da Educação

Deliberações Priorizadas	Redação Sucinta	Ações Propostas	Unidade (1)	Metas 2007	Orçamento (2)	Fonte	Parceiros
09 - 11	Estimular a implementação pelas Secretarias Municipais e Estadual de Educação, e demais Secretarias afins, para desenvolvimento de projetos de valorização da pessoa idosa, de forma articulada entre Escola, Comunidade e Família, para alunos de escolas públicas e privadas, serem orientadas e sensibilizadas sobre a realidade do idoso	- Fazer gestão nas 03 esferas de Governo.	Projeto		Recursos financeiros, técnicos e humanos a definir com a Secretaria de Estado da Educação		MEC, SEE, SME, CEI, Universidades Federais, CEFET Municipios
29 - 25	Desenvolver ações de cultura, lazer e esportes voltadas para a pessoa idosa. Fomentar, em todos os Municípios, a implantação dos Conselhos de Esporte e Lazer, Turismo e Cultura, garantindo a representação do segmento idoso.	- Articular a criação de Conselhos de Esporte e Lazer, Turismo e Cultura, garantindo a representação do segmento idoso	Protocolos e Convênios		Recursos financeiros, técnicos e humanos a definir com a Secretaria de Estado da Educação		SEE, SME, SECT, AGEL, AGEPEL, UFG Municipios
16 - 14	Garantir acesso democrático dos idosos, com mais de 60 anos, a atividades de educação, lazer, cultura e esporte e desconto de 50% (meia entrada) nos cinemas, teatros, eventos culturais e academias, com efetiva fiscalização do cumprimento do artigo 23 do Estatuto do Idoso.	- Criar cursos: informática, línguas, artes, oficinas de corte costura, historia da arte de acordo com a demanda regional.	Cursos		Recursos financeiros, técnicos e humanos a definir com a Secretaria de Estado da Educação		Prefeituras municipais, SME, IES.

	Promover, financiar e apoiar projetos de cultura popular de música, artes cênicas e plásticas, literatura e artesanato, mediante realização de oficinas, mostras, apresentações, festivais e concessão de prêmios às pessoas idosas.						
21 - 22	Adequar e utilizar espaços públicos e Centros de Convivência para realização de atividades programadas para idosos, com assistência de profissionais, bem como ampliar convênios com instituições governamentais e não governamentais.	- Contribuir com a criação e manutenção de Grupos e Centros de Convivência e Associações para trabalhar a socialização do idoso, sua auto-estima, a melhoria da convivência familiar, por meio de instalação de oficinas diversas.	Protocolos e Convênios		Recursos financeiros, técnicos e humanos a definir com a Secretaria de Estado da Educação		Prefeituras Municipais.
7 – 10 - 6	Adequar a metodologia da Educação de Jovens e Adultos – EJA – para incorporar a realidade da pessoa idosa, visando uma educação de qualidade.	- Promover a inclusão digital e tecnológica da pessoa idosa por meio da implantação de info-centros, centros de convivência e de atenção integral à pessoa idosa, utilizando equipamento e infra-estrutura disponíveis na comunidade. - Democratizar o acesso nas Universidades da Terceira Idade, respeitando os critérios do processo seletivo vigente, de pessoas a partir de 50 anos de idade	Protocolos e Convênios		Recursos financeiros, técnicos e humanos a definir com a Secretaria de Estado da Educação		SEE, SEM, MEC Prefeituras Municipais

DELIBERAÇÕES NÃO INCORPORADAS AO PLANO**Eixo 1: Ações para Efetivação dos Direitos da Pessoa Idosa****Secretaria Responsável: Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação**

Deliberações Priorizadas	Redação Sucinta	Ações Sugeridas (1)
14	<i>Realizar capacitação permanente e continua de pessoas que atuam com idosos: Conselheiros, Gestores, Funcionários Públicos, Cuidadores, Idosos, familiares e grupos de auto-ajuda para atendimento humanizado da Pessoa Idosa, abordando temas como Direitos sociais e políticas e considerando as dimensões de gênero, sexualidade, envelhecimento, prevenção da DST / AID valendo-se de parcerias entre estado e sociedade civil(Universidades públicas e privadas e outros órgãos governamentais e Não governamentais</i>	<ul style="list-style-type: none">- Realização de Cursos e Seminários de âmbito regional;- Priorização de visitas de acompanhamento em municípios que necessitem assessoria especial
4 - 36	<i>Criar em todo o EstadoCentros Integrados de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa composto por Ouvidorias, Defensorias Públicas e Promotorias de Justiça, bem como Delegacias, Juizados e Varas especializadasna proteção e defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, que deverão funcionar em centro integrado e contarem com canais diretos de comunicação de Conselhos.</i>	<ul style="list-style-type: none">- Propor a criação dos Centros Integrados de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa pelos órgãos competentes;- Articular e sensibilizar os órgãos federais responsáveis
	<i>Criar Sistema de Fiscalização e Acompanhamento das Unidades de Atenção a Pessoa Idosa e das Instituições de Longa Permanência, em parceria com a Vigilância Sanitária, Ministério Público, Conselhos Estaduais e Municipais do Idoso, da Saúde e da Assistência Social.</i>	<ul style="list-style-type: none">- Motivar e capacitar os Conselhos Municipais para fiscalização e acompanhamento das Unidades de atendimento e Instituições de longo atendimento;

DELIBERAÇÕES NÃO INCORPORADAS AO PLANO

Eixo 2: Violência

Secretaria Responsável: Secretaria de Segurança Pública

Deliberações Priorizadas	Redação Sucinta	Ações Sugeridas (1)
	<p>-Utilizar a comemoração do Dia Internacional / Nacional do Idoso, dia 1º de outubro, para conscientização da importância de denúncias de maus tratos contra a Pessoa Idosa, através de eventos esportivos (caminhadas, torneios, campeonatos. Caminhada do Idoso)..</p>	<p>- Exibir painéis, out door, filmes, clipes, sobre os direitos da Pessoa Idosa.</p> <p>– Desenvolver campanhas de mobilização e divulgação dos direitos da Pessoa Idosa na mídia.</p>
10 - 15	<p>Incentivar a elaboração e Implementação junto aos municípios, dos planos de enfrentamento da violência contra a Pessoa Idosa no Estado e Município</p>	<p>Propor a adequação de atendimento especializado à pessoa Idosa, vítima de maus tratos, nas Delegacias de Polícia dos municípios</p>